

Aceitação do inaceitável

O PAGAMENTO da dívida externa dos países em desenvolvimento tem sido exigido de maneira mais intransigente que as próprias reparações de guerra impostas aos vencidos depois da Primeira Guerra Mundial — aquela insensatez política que a sabedoria de estadista de Woodrow Wilson refugou e aquela estupidez econômica que a competência de John Maynard Keynes denunciou.

NÃO SERIA um verdadeiro tratado de paz, pensava então Wilson, um armistício que admitisse anexações territoriais em proveito dos vencedores, ou que determinasse um saque sobre as riquezas dos vencidos; porque não seria então uma volta ao Direito Internacional, mas um recrudescimento da barbárie. Nem se lograria qualquer ressarcimento efetivo dos danos da guerra, impondo-se à Alemanha vencida obrigações financeiras e econômicas insustentáveis, que apenas a riscariam do mundo da produção e do sistema de trocas, com estremecimento de toda a economia européia.

ORA, quando países em desenvolvimento são condenados, sem mercê, a exportadores líquidos de capital para países altamente desenvolvidos, não é apenas de novo a economia de uns que se inviabiliza, com perdas virtuais para todos; é o sacrifício de vidas humanas que se passa a exigir, e das

mais indefesas das vidas humanas — as vidas dos pobres e das crianças. Os ajustes econômicos internos, arrancados de 70 países devedores pelos credores, somados à deterioração crescente das relações de troca, estão produzindo o mais perverso e macabro efeito: uma queda de cerca de 25% na renda real dos mais pobres e a desaceleração visível no processo de redução das taxas de mortalidade infantil.

QUEM o aponta é o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) — “Situação Mundial da Infância — 1989”. “Não é possível discutir a crise da dívida — diz o relatório — com muita polidez. Uma discussão em alto nível implica a tácita aceitação do inaceitável. E o que tem acontecido em grandes áreas do mundo em desenvolvimento, na década de 80, é de todo inaceitável.”

É INACEITÁVEL assistir à redução dos investimentos em saúde e educação, a que têm sido compelidos os países em desenvolvimento de baixa e média rendas, diante do problema da dívida. Se nem mesmo durante os austeros tempos da Segunda Guerra Mundial o Reino Unido consentiu, por exemplo, que baixassem os padrões nutricionais das crianças britânicas, como é que se admite agora o que se tem admitido numa es-

cala que alcança 900 milhões de pessoas?

É INACEITÁVEL que nos últimos cinco anos a vida de centenas de milhares de crianças tenha sido ceifada para pagar a dívida, enquanto “muitos outros milhões ainda pagam os juros com mentes e corpos desnutridos”. Onde, por exemplo? No Nordeste brasileiro, onde as “taxas de mortalidade infantil aumentaram em quase 25% no período 1983-1984, como resultado da recessão econômica”. A qual, diga-se de passagem, sobreveio a uma seca de quase cinco anos.

O MUNDO político internacional aprendeu, dos desastrosos aceitos em 1919, que a paz não se constrói sobre a sangria das necessidades alheias; e, ao término da Segunda Guerra Mundial, a reconstrução da Europa se fez sobre uma política de sagacidade econômica, além de inspirada em nítidos ideais morais. O mundo político de hoje precisa aprender “a lidar com as necessidades e os direitos das crianças como uma finalidade e um meio de progresso em si mesmos, e não como meros subprodutos do progresso. O verdadeiro teste de uma civilização está em como ela salvaguarda seus elementos mais vulneráveis” — é a advertência final do relatório do Unicef.

EIS, pois, de novo, o confronto posto, entre barbárie e civilização.